

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil

Class.: Amazônia / Fronteiras

Data: 09/11/93

Pg.: 11 139

Iniciativa Amazônica

RUBENS A. BARBOSA *

A Iniciativa Amazônica foi visualizada com base na percepção de que possuímos, com os países que fazem parte do Tratado de Cooperação Amazônica (Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname), expressivo potencial de comércio, hoje desaproveitado. Com efeito, entre 1990 e 1992, tais países absorveram, na média, apenas 3,5% de nossas exportações e supriram 3% de nossas importações, números expressivos e pouco condizentes com o excelente relacionamento político-diplomático que com eles mantemos e com as oportunidades de negociar abertas com a maior aproximação econômica-comercial, em decorrência do processo de integração regional.

Tendo presente que já dispomos de uma moldura política flexível e comprovada, o já citado Tratado de Cooperação Amazônica, estava chegando o momento de se construir, com os países amazônicos, um marco estável e inovador do relacionamento econômico e comercial capaz de lançar as bases de uma área de livre comércio para a região, além de revitalizar os fluxos comerciais existentes.

Vale assinalar, neste particular, que a receptividade ao empreendimento vem sendo grande, diante de igual percepção, por parte dos demais países da região, de que os níveis de nosso relacionamento econômico e comercial estão muito aquém de seu verdadeiro potencial. É importante registrar que o PIB global dos sete países abrangidos pela Iniciativa Amazônica somou, em 1991, US\$ 171 bilhões, e que o total das exportações de bens e serviços desses países, no mesmo ano, foi de US\$ 30 bilhões, com um total, para as importações, de US\$ 29 bilhões, configurando comércio exterior pujante e em ascensão. Ademais, verificam-se, no âmbito do Grupo Andino, associações bilaterais, como a existente entre a Colômbia e a Venezuela, que introduzem grande dinamismo no comércio da região, a exemplo do ocorrido com o Mercosul. Vale mencionar que, como resultado de tal associação, o volume de intercâmbio entre os dois países dobrou em 1992, face a 1991, esperando-se, para o corrente ano, igual desempenho, o que revela o dinamismo gerado por iniciativas específicas de integração.

A associação mencionada demonstra, também, que a integração pode produzir resultados rápidos, ainda que não se esperem da área de livre comércio a ser criada entre o Brasil e os países amazônicos, no curto prazo, números tão impressionantes como os que se observam entre a Colômbia e a Venezuela.

É preciso também salientar que as possibilidades de integração física entre o Brasil e os países amazônicos são múltiplas, o que se reveste de importância especial quando sabemos que uma das maiores dificuldades do comércio na região é de transporte. Apesar da constatação de que, aumentando-se o comércio, incrementam-se os meios de transporte disponíveis, não se pode deixar de observar que as comunicações entre o Brasil e os países amazônicos possuem carências que, dentro de uma visão estratégica e de racionalização de recursos, podem perfeitamente ser superadas. No caso do Pacífico, a pavimentação de estrada hoje existente entre o Brasil e o Peru propiciaria, entre outros, escoamento mais rápido de parte da produção de soja brasileira e aceleraria a exploração econômica das jazidas de gás natural da Camisêia, no Peru. Outro ponto que merece ser assinalado é a próxima pavimentação de pequeno trecho da estrada, entre Georgetown, na Guiana, e Boa Vista, em Rondônia. O Brasil dispõe em Georgetown de porto alfandegado (como o operado pelo Paraguai em Paranaguá), o qual, quando vier a ser pavimentado o trecho Manaus-Boa Vista, poderia ser alternativa real de saída para o Golfo do México, a partir da Amazônia.

Tendo em conta o objetivo último da Iniciativa Amazônica, que é o de criar uma área de livre comércio entre o Brasil e os países amazônicos, não caberia aqui enumerar as diversas oportunidades e benefícios, para todos os países envolvidos, que advirão de sua implementação. Vale, sim, assinalar que, com a Iniciativa, se pretende demonstrar o interesse do Brasil na exploração das fronteiras econômicas e comerciais da Amazônia, assegurando, para todos, os benefícios da integração regional, em bases práticas e realistas.

Os países do Grupo Andino, além de Suriname e da Guiana, responderam de forma positiva à iniciativa brasileira. As negociações visando à formalização de um Acordo Comercial com esses países deverão começar no início de outubro, quando, em Lima, o Brasil se encontrará com o Peru e possivelmente com os demais países do Grupo Andino. Com a Guiana e o Suriname, igualmente, devem ser iniciados, em breve, os entendimentos para a concretização de um amplo Acordo Comercial.

A partir de 1995, com suas tarifas externas comuns definidas e confirmadas, com a União Aduaneira do Mercosul e com as do Grupo Andino em vigência, poderão ser iniciadas negociações entre os dois blocos sub-regionais, com vistas à conformação, a médio prazo, de uma Zona de Livre Comércio no continente sul-americano.

Com isso ficará aberto um amplo espaço econômico na América do Sul que certamente representará importante atrativo para investimento nacional e estrangeiro e que propiciará importantes oportunidades de negócios para os países do continente sul-americano.

* Embaixador, subsecretário-geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior do Ministério das Relações Exteriores.

Benefícios advirão do livre comércio entre Brasil e países amazônicos.